***COBERTURA JORNALÍSTICA E USO DA TECONOLOGIA E DAS REDES SOCIAIS PARA SALVAR OS ANIMAIS DO PANTANAL***

**RAMOS**, Eunice[[1]](#footnote-1); **ALMEIDA**, Cristóvão[[2]](#footnote-2)

**Palavras-chave**: Redes Digitais, Tecnologia, Notícia, Sustentabilidade

**OBJETIVO**

O objetivo deste trabalho é analisar o impacto da cobertura jornalística de uma rede de televisão, nos meses de agosto à outubro, sobre um dos maiores desastres ambientais no Pantanal e o uso de tecnologias de comunicação por Organizações não Governamentais (ONGs) e ambientalista para mobilizar voluntários com a finalidade de auxiliar no resgate de animais atingidos pelo fogo ou que ficaram feridos ao tentar fugir das chamas. Apoiados na “teoria-ator-rede” (SANTAELLA e LEMOS, 2010), que visam trabalhar a dinâmica de produção de conhecimento em laboratório com a utilização de artefatos tecnológicos humanos e não humanos, tem por objetivo entender como se deu a dinâmica desta mobilização que ocorreu tanto de forma presencial, com pessoas ajudando espontaneamente, quanto de maneira não presencial, com a contribuição em dinheiro, alimentos e equipamentos usados no combate ao fogo. Evidenciamos o engajamento socioambiental e a necessidade de refletir sobre o embate entre o desenvolvimento econômico e a preservação, questão articulada com a influência das redes sociais no cotidiano da população.

1. **INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

O Pantanal é considerado a maior planície alagável do planeta. Com uma área aproximada de 150.355 Km² (IBGE, 2004). O bioma atinge os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no Brasil, além do norte da Bolívia e leste do Paraguai. É uma região de grande diversidade de plantas e animais, inclusive com espécies ameaçadas, com risco de extinção, como é o caso do Tuiuiú (nome científico Jabiru mycteria) – ave símbolo do Pantanal.

Vários pesquisadores se dedicam aos estudos da região e já cadastraram, segundo o Ministério do Meio Ambiente, uma diversidade significativa de espécies de animais. Apontam entre peixes 263 espécies diferentes, em relação aos anfíbios 41 espécies, répteis é indicado o número de 113 espécies distintas, as aves são 463 espécies e mamíferos 132 diferentes espécies.

Os relatórios da Embrapa Pantanal apontam quase duas mil espécies de plantas já identificadas e classificadas, algumas inclusive com importante potencial medicinal.

Toda esta riqueza chamou a atenção do mundo. No dia 15 de agosto de 2000, o Pantanal recebeu da Unesco o título de Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. O colorido natural deste ambiente atrai turistas o ano inteiro. Mas no segundo semestre do ano de 2020 ocorreu uma catástrofe sem precedentes na sua longa história. O centro-oeste enfrentou a maior seca dos últimos cinquenta anos, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O calor e a baixa umidade criaram o cenário propício para que o fogo, ainda muito usado para limpeza de áreas na região, assumisse a dimensão de uma hecatombe, uma catástrofe.

O fato ganhou espaço na imprensa nacional e internacional. Emissoras de televisão, rádio, jornais e sites passaram a cobrir o assunto diariamente. Só a Rede Mato-Grossense de Televisão, que atua em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul teve mais de seiscentas participações em rede nacional com reportagens, ao vivo, ou notas cobertas. Cenas chocantes da vegetação destruída, de animais queimados ou machucados, desencadearam uma grande comoção entre os profissionais que atuam na defesa da causa ambiental e a população em geral.

Além das reportagens dos veículos de comunicação, a tecnologia também foi usada na mobilização de ONGs e grupos de pessoas foram para o pantanal auxiliar no resgate e tratamento dos animais que se feriram durante o incêndio. O objetivo dos voluntários era de levar comida e água para os animais que se encontravam desnutridos e desidratados diante desse cenário.

Em Mato Grosso, na transpantaneira, rodovia que liga Poconé à localidade de Porto Jofre, na divisa com Mato Grosso do Sul, era comum encontrar grupos se deslocando numa força colaborativa em defesa do meio ambiente. Nas pousadas, onde havia sinal de telefone e *internet*, os grupos trocavam mensagens e se articulavam nas redes de apoio que tinham um só objetivo: proteger a fauna e a flora da devastação provocada pelos incêndios. A tecnologia também garantiu a gravação de vídeos que se multiplicavam nas redes sociais atraindo cada vez mais voluntários. Quem não podia ir à campo, ajudava com alimentos e recursos financeiros para a compra de material. A ONG Ecotrópica, uma das primeiras a entrar em ação na região, arrecadou cerca de quatro toneladas de alimentos que foram espalhados pelo Pantanal na região de Poconé, O presidente da ONG, Ilvânio Martins, diz que a tecnologia foi fundamental para a mobilização. Nas palavras de Martins (2020):

A ONG recebeu a ajuda de uma *digital influencer* com experiência em resgate de animais, que veio de São Paulo para ajudar nas operações de socorro. O apoio veio também de pessoas comuns como aposentados, sem contar com as doações que vieram de todo o país (MARTINS, 2020)

O Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) desencadeou uma campanha no site da instituição e nas redes sociais, convocando profissionais da área para se juntar aos voluntários. Muitos atenderam ao chamado. Em setembro uma onça com as quatro patas queimadas foi resgatada e levada para um Centro de Tratamento de felinos em Goiânia. Uma técnica inovadora com o uso de células tronco foi fundamental para garantir a sobrevivência do animal.

A advogada Ana Rodrigues usou o celular para mandar mensagem para amigos e a ajuda solidária ganhou espaço. As doações de alimentos logo começaram a se avolumar. Ela disse: “comecei mandar mensagem para amigas, a gente precisa cuidar do que é nosso, do nosso quintal, do nosso ecossistema. Aquilo ali é uma tristeza que dói em nosso coração. Imaginar o sofrimento daqueles animais, que não tem para onde sair. Fogo pra todo lado.”

O engajamento social se expandiu assim. Cáceres, fronteira com a Bolívia, mais mobilização em defesa do Pantanal. A região também foi muito prejudicada pelo fogo que destruiu florestas e invadiu fazendas. A cidade conta com uma das unidades da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso. Estudantes se mobilizaram, nesse contexto, para alimentar e cuidar de animais machucados. Os apelos feitos também pelas redes sociais tiveram ressonância. ONGs criaram campanhas para ampliar o número de voluntários engajados em trabalhar pela causa e conseguir doações de comida, remédios e material de combate ao fogo.

O Instituto Sustentar, que coordena o projeto “Bichos do Pantanal” e realiza pesquisas na região e ações de educação ambiental, lançou a campanha “Bicho Vivo” com divulgação de vídeos no site do Instituto e nas redes sociais. Em dois meses 440 pessoas se engajaram na ação e fizeram doações em dinheiro. A Petrobras também fez um aporte significativo na ação. No total foram arrecadados R$ 187.103,25 (cento e oitenta e sete mil, cento e três reais e vinte e cinco centavos). Segundo a diretora do Instituto, Jussara Utsch, o dinheiro foi usado na compra de alimentos, remédios, e equipamentos como bombas costais e EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para os brigadistas voluntários. Entre os EPIs estão os óculos de proteção, luvas, garrafas térmicas e equipamentos para a montagem de duas estações meteorológicas, que serão destinadas à Estação Ecológica de Taiamã e Universidade Estadual de Mato Grosso.

O resultado superou as expectativas. A diretoria do Instituto Sustentar explica: “Criamos uma logomarca e um nome para a nossa campanha e definimos estratégias de postagens com fotos, vídeos e depoimentos de parceiros como pescadores e fazendeiros que estão recebendo os alimentos para ajudar na reposição. Escolhemos alguns para o impulsionamento e passamos a mostrar o resgate de alguns animais, as imagens dos animais se alimentando e dos voluntários usando os equipamentos doados. Além disso fizemos *lives* de prestação de contas”. Gohn (2019) em artigo referente às “Teorias sobre A Participação Social” ao discorrer sobre o significado de “participação social” esclarece que:

Não se trata (...) de indivíduos isolados nem de indivíduos membros somente de uma dada classe social. A participação tem caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados como “cidadãos”. A participação se articula, nessa concepção, com o tema da cidadania (GOHN, 2019).

 Em relação à “participação social cidadã”, Gohn (2019) cita Milani (2008). Carlos Milani em artigo sobre “O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais” coloca que a participação da sociedade constitui um processo importante para negociações e construções de políticas públicas. A rede que viabiliza a troca é um elemento importante do progresso, na perspectiva do autor. Porém, essa participação precisa ser analisada criticamente, uma vez que o acesso às formas de participação disponíveis também pode reproduzir condições sociais desiguais.

(...) a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (provenientes da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas, também, por relações de conflito e pode comportar manipulação. ([MILANI, 2008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100063#B77), p. 560)

Nesse sentido, é importante considerar o público que tem acesso e se informa por meio da mídia tradicional e das redes sociais e seus recortes. A relação que as pessoas constroem com tais meios influencia a visão que constroem sobre o mundo que as cerca e a maneira como atuam nesse mundo em que estão inseridas. A participação social viabilizada pelos meios de comunicação e redes sociais precisa ser analisada considerando essa dinâmica de inclusão e exclusão em relação as condições de acesso das pessoas às informações e aos caminhos para participação na sociedade, o que afeta a própria forma de pensar e agir dos indivíduos e das coletividades. Assim, parece não ser suficiente abrir espaços de participação, é necessário conscientizar para de fato incluir.

1. **BASE TEÓRICA DE REFLEXÃO E ANÁLISE**

Este artigo reflete sobre as reportagens de televisão na abordagem de notícia factual de meio ambiente e uso de redes digitais e tecnologias para a sustentabilidade.

No caso concreto, analisa-se as reportagens nacionais, veiculadas pela Rede Mato-Grossense de Comunicação (RMC), afiliada da Rede Globo em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nos meses de agosto à outubro sobre os incêndios no Pantanal temporalmente e o uso de ferramentas tecnológicas na articulação de voluntários para a defesa do Bioma, que teve mais de 40% da sua área atingidos pelo fogo.

O incêndio em questão se trata de um evento devastador que ameaça a vida dos seres vivos que lá habitam. Este trabalho está fundamentado nos conceitos de jornalismo ambiental, acontecimento, “teoria-ator-rede”, interação e comunicação com o intuito de apresentar, os impactos do desastre ambiental, as repercussões, as atenções das instituições e cidadãos para conter o avanço do fogo na região e o poder de articulação proporcionado pelas ferramentas digitais.

Metodologicamente analisamos oito reportagens veiculadas no mês de agosto pela TV Globo através da afiliada, TV Centro América, que integra a Rede Mato-Grossense de Televisão. Foram oito reportagens no Jornal Hoje e no Jornal Nacional, programas de grande audiência no país.

Evidencia-se a partir da análise textual discursiva, que as reportagens problematizam a ameaça a vida, a relação do ser humano com os meios de produção e a questão ambiental, e nos provoca a agir pela proteção dos santuários ecológicos ressaltando a importância de mudanças comportamentais.

Esta pesquisa torna-se importante uma vez que desastres ambientais ganham cada vez mais espaço na mídia. Mesmo assim, Bueno (2000) considera que o jornalismo ambiental ainda conta com pouca visibilidade. A falta de conhecimento científico por parte dos profissionais pode acarretar uma demora ao reconhecer os assuntos ambientais como pauta, e quando pautam se ancoram em tragédias mais com critérios de noticiabilidade do que com matérias de cunho de educação ambiental. Destacam-se algumas características da prática do jornalismo sobre meio ambiente, entre elas: a visão sistêmica de holística; o caráter científico e multidisciplinar; a centralidade da voz do cidadão; a educação ambiental e o engajamento do repórter.

A visão sistêmica do jornalismo ambiental refere-se à compreensão dos fatos e personagens inseridos em um sistema, em um contexto, o que remete a interconexões entre outros elementos da natureza, incluindo a humanidade (BUENO, 2008). Santos (2020) explica que a vida humana “é uma ínfima parte (0,01%) da vida planetária” (Santos, 2020, p.23). Desse modo, Bueno (2008) adverte que “as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estão umbilicalmente conectadas” (Bueno, 2020, p.23). Ou seja, a defesa é para garantir a sobrevivência de todos, pois, o sistema fica comprometido quando há a alteração em uma das unidades, seja do meio físico ou do meio vivo.

A conectividade e a interatividade são estudadas pelas pesquisadoras Lúcia Santaella e Renata Lemos. Elas trazem à tona o conceito da “teoria-ator-rede” (SANTAELL e LEMOS, 2010). A teoria-ator-rede (TAR) surgiu na década de 1980, com base nos Estudos da Ciência e Tecnologia que tinha como objeto a dinâmica de produção de conhecimento em laboratório com a utilização de artefatos tecnológicos humanos e não humanos. Essa teoria trabalha uma multiplicidade de objetos híbridos conectados em uma estrutura de rede que está em deslocamento permanente e permite a introdução de novos integrantes. Este movimento pode reconfigurar e promover uma mudança em seus componentes. Assim como as redes digitais, a TAR promove aproximações e transportam mensagens e códigos (LATOUR,2012). As autoras trabalham com este conceito dentro da área da comunicação e abordam a evolução das redes sociais a partir das modalidades diferenciais de interação. Elas partem da navegação unidirecional do início da década de 1990 até as plataformas de interatividade em tempo real que temos hoje em dia e que nos colocam na era da “mídia *Always on*”.

Com a análise empírica e o embasamento teórico é possível perceber claramente o movimento interativo que coloca o cidadão comum como produtor de conhecimento e como agente de interferência na realidade. No caso do Pantanal, a tecnologia aplicada à comunicação nas mais diversas formas permitiu a divulgação dos fatos e a articulação em rede que viabilizou assim o envolvimento de diversos atores em ações de proteção da fauna e da flora pantaneira, diante de uma catástrofe ambiental.

* 1. **ECONOMIA VERSUS PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Uma prática que há décadas vem sendo utilizada no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul são as queimadas como forma de preparar o terreno para plantação. A Rede Mato-Grossense de Comunicações tem denunciado esta prática como sendo danosa ao meio ambiente e extremamente perigosa quando usada no período de estiagem, o que pode resultar na perda do controle sobre o fogo. A grande seca que se abateu sobre o Bioma no ano de 2020 forjou as condições necessárias para que a queima da vegetação se transformasse em uma grande catástrofe.

Neste contexto, é necessário o entendimento de alguns conceitos que são fundamentais na luta pela preservação do bioma. Os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável e suas especificidades.

O crescimento econômico, por exemplo, analisa somente o aumento da população, das construções, e das atividades econômicas. Já o conceito de desenvolvimento econômico é bem mais abrangente, pois além do aumento da população, das construções, estradas e negócios, este conceito leva em consideração também a melhor distribuição de renda, redução de mortalidade infantil, redução do analfabetismo, justiça, liberdade, entre outros elementos. O desenvolvimento pode ocorrer mesmo sem que haja crescimento. Ele pode ser compreendido como uma melhora em todos os indicadores sociais sem que necessariamente haja maior ocupação do território em consequência de um crescimento populacional. Mas o fato é que o binômio Economia – Meio Ambiente sempre estará sujeito a pontos de atrito no que tange ao limite de exploração.

Para Matos *et al*. (2009) o desenvolvimento econômico leva em consideração a melhora da qualidade de vida de uma população, o que torna o termo mais completo e complexo, onde aparecem variáveis intangíveis.

Ainda, para os mesmos autores, o desenvolvimento econômico, que surge do aprimoramento do conceito de crescimento econômico, evolui para o conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito engloba a preocupação com o uso consciente dos recursos produtivos, e com a manutenção destes. Os autores frisam que o desenvolvimento econômico está alicerçado na geração de produção, emprego, renda e consumo.

Existe ainda diferenças importantes entre os termos “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, e o termo “sustentável”.

Conforme Feil e Schreiber, (2017), a ideia de “sustentável” pode ser considerada como um guarda-chuvas para os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”. Ou seja, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável devem estar alinhados com o objetivo maior de serem sustentáveis. Estes autores definem os três conceitos da seguinte forma:

(...) A sustentabilidade é um processo que mensura o grau ou nível da qualidade do sistema complexo ambiental humano com o intuito de avaliar a distância deste em relação ao sustentável. Esta avaliação, em especial, é realizada com propriedades quantitativas denominadas de indicadores e índices de sustentabilidade (...). O desenvolvimento sustentável é o processo que entra em cena com base em estratégias para aproximar o sistema ambiental humano ao nível de sustentabilidade com vistas a que a vida deste complexo sistema se harmonize e perpetue ao longo do tempo. (...) Desse modo, com a exitosa condução da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, atinge-se o sustentável.” (FEIL e SCHREIBER, 2017, p.67)

Então os atributos sustentáveis a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, não sendo, entretanto, sinônimos, pois cada conceito implica em uma práxis diferenciada com as suas particularidades. Cabe destacar que estes conceitos não podem ser utilizados isoladamente pois o alcance de um atributo sustentável somente ocorrerá se houver uma relação harmônica entre os elementos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

O entendimento destes conceitos é fundamental para determinar áreas de atuação com funções distintas, mas com o objetivo comum de atingir um sistema ambiental humano sustentável.

Embora o conceito de desenvolvimento econômico sustentável leve em consideração a qualidade de vida de uma população, há uma discussão muito forte sobre até que ponto se pode explorar o meio ambiente para melhorar a qualidade de vida de uma população. Qual o ponto de inflexão? Onde ocorre a ruptura? A partir de que ponto a exploração do meio ambiente passa a reduzir a qualidade de vida das pessoas que vivem no Bioma?

É inevitável o embate na definição deste limite, com narrativas diversas. Cada lado fundamentado em suas crenças políticas e culturais, defende seus pontos de vista de forma apaixonada. Estas discussões ocorrem principalmente nas redes sociais onde existe maior liberdade para exposição dos pensamentos, pois não há o controle, como ocorre na mídia tradicional. Entenda-se aqui, como mídia tradicional, as empresas jornalísticas de rádio, TV, jornal e seus periféricos, que são organizações, estruturadas, inseridas em um contexto jornalístico.

A antinomia entre a visão ambiental e econômica, tem se acirrado nas redes sociais, onde alguns ingenuamente acreditam que com argumentos lógicos e concatenados podem mudar a ideia dos oponentes. Neste ambiente o objetivo é vencer a discussão, mesmo que com a utilização falácias lógicas e sofismas. É um ambiente nebuloso onde o internauta com o objetivo de informar-se, se intoxica com todo o tipo de informação que transita entre a falsidade e a verdade, confundindo a forma de avaliar o conteúdo em decorrência da dificuldade de se verificar a fidedignidade de todas as informações que circulam nas redes. A mídia tradicional, que ainda é a melhor opção para uma informação mais próxima da realidade tem perdido substancialmente a força em detrimento das mídias alternativas.

A Rede Mato-Grossense de Comunicação tem se empenhado em transmitir informação de qualidade, baseada sempre na ciência e no conhecimento acadêmico. Entretanto, grupos, cada vez maiores de pessoas, influenciados pelas redes sociais, cada vez mais politizadas, continuam negando a ciência e disseminando visões sem nenhum tipo de amparo científico.

* 1. **O DILEMA DAS REDES SOCIAIS NA PRESERVAÇÃO DO PANTANAL**

Com o aumento da utilização das redes sociais, ou mídia alternativa, ocorrido principalmente na segunda metade da década de 2010, houve um declínio sensível da área de abrangência da mídia tradicional.

No bojo do aumento do uso das redes sociais veio também a potencialização da ignorância e do obscurantismo. Pessoas com ideias negacionistas da ciência e do conhecimento acadêmico, passaram a falar para milhares e até milhões de pessoas, pois tem seus vídeos pulverizados pelo algoritmo das redes que tem por objetivo fazer com que o internauta permaneça o maior tempo possível na frente da tela. Isto levou ao aumento de grupos cujas ideias não se pautam pela ciência. O conteúdo que prende de maneira mais intensa a atenção da audiência ganha velocidade na sua disseminação, independente da sua fidedignidade e validade das informações que são compartilhadas.

Teorias conspiratórias, *fake news*, e interpretação enviesada de fatos efetuadas por pseudointelectuais, levam centenas de milhares de pessoas a acreditarem em eventos sem nenhuma evidência, pautados apenas na fala de um indivíduo cujo propósito não é necessariamente informar. Até mesmo as queimadas chegaram a ser negadas em redes sociais.

A Internet é o habitat ideal para a disseminação de quaisquer ideias, sejam políticas, filosóficas ou sociais. É também o nicho ideal para a divulgação de discursos falsos e falaciosos. Portanto, ao analisar um ambiente de tamanhas discrepâncias, é preciso considerar as diversidades de opiniões e a quantidade quase nula de fatos e informações embasadas. (OLIVEIRA, PINTO e VIZZOTO,2020, p.17)

Mas a mídia tradicional não pode ignorar o poder das redes sociais. Pelo contrário, muitas das pautas da mídia tradicional é forjada nas redes sociais que atuam como um termômetro do que a população considera importante no momento, quais as temáticas que envolvem a audiência.

Conforme Duarte, Rivoire e Ribeiro (2016), os pauteiros das mídias tradicionais a alguns anos atrás liam todos os jornais, inclusive dos concorrentes para fazerem suas pautas. Hoje as pautas passam pelo monitoramento das redes sociais e seus *“trendtopics”.*

O risco de deixar as redes sociais pautarem as mídias tradicionais é a possível vulgarização e a frivolidade das pautas que serão aprovadas apenas porque estão sendo discutidas no mundo digital. A mídia tradicional não pode fugir a sua responsabilidade de ser o fiel da balança num mundo onde sectários da desinformação navegam insidiosamente disfarçados de intelectuais detentores do conhecimento.

Se o lado perverso das redes sociais prejudica significativamente o entendimento e a consciência ambiental de grande parte da população, por outro lado trazem benefícios enormes principalmente no campo da pesquisa e de ações ambientais.

As redes sociais online se portam como catalisadores das relações, uma vez que possibilitam o contato direto de pessoas diferentes e a longas distâncias. Essas mídias possibilitam a existência de novas formas de sociabilidade causando uma ruptura no que era considerado convencional e culturalmente aceito, por meio do poder da comunicação, possibilitando, assim, mudanças na esfera social e, consequentemente na esfera econômica e política. (OLIVEIRA, PINTO e VIZZOTO,2020, p. 16)

No desastre do Pantanal em 2020, as redes sociais desenvolveram os dois papeis. Foram fundamentais na união de forças em prol da natureza, unindo pessoas de várias partes do mundo para ajudar de forma presencial ou de outras formas não presenciais, mas também importantes. Levaram as terríveis imagens para todos os continentes chamando a atenção de todos para o que estava acontecendo em uma velocidade muito mais rápida do que as mídias tradicionais poderiam fazer.

 O lado obscuro, com um forte cunho político, procurou, e até certo ponto conseguiu, transferir desinformação. Muitas imagens de outras épocas, quando não havia incêndio, foram utilizadas para negar as queimadas. Os motivos pelos quais ocorreu o incêndio também foram dissimulados com o objetivo de tirar as responsabilidades dos verdadeiros responsáveis pelo desastre. Tradicionalmente o fogo é utilizado para limpar as áreas nas fazendas, mas o clima seco, com situações extremas, não permite mais esta prática. No segundo semestre de 2020 a umidade relativa do ar chegou a ficar abaixo de 10%, cenário classificado como crítico. Segundo os Corpo de Bombeiros de Mato Grosso, 98% dos incêndios no Pantanal foram resultado da ação humana seja intencionalmente ou por acidentes como o carro que queimou na transpantaneira por causa de um curto-circuito.

**2.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nos últimos anos a realidade tem nos mostrado o que a ciência já anunciava: a ocorrência de eventos extremos com fenômenos naturais com graves consequência como períodos de estiagem e de cheia que vão muito além dos registros históricos. Os veículos de comunicação tradicionais precisam estar atentos a estas mudanças. Muitos já possuem espaços específicos para assuntos de meio ambiente, mas a grande maioria ainda está focada na factualidade das questões ambientais. Essa lacuna abre espaço para que as *f ake News*  se propaguem com muita velocidade. No caso dos incêndios no Pantanal, os benefícios da utilização das redes sociais foram muito maiores do que os danos. Serviram de alicerce para a formação de uma rede de apoio aos animais machucados.

 Neste ponto é importante salientar a participação fundamental das mídias tradicionais que, em sua maioria, efetuaram produção de conteúdo de qualidade baseado no conhecimento científico, que geram informações baseadas em dados comprovados que por fim são disseminadas também pela mídia alternativa. Nossa proposta para contornar o problema das *fake news* é a união da imprensa no propósito de trabalhar preventivamente em campanhas de conscientização sobre a importância de se preservar a natureza e sobre o uso adequado das redes sociais, com responsabilidade social.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC**, 2010. Disponível em: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs. Acesso em 05 jan. 2021.

BUENO, W. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente: Teoria e Pesquisa.** São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. In. GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MARCONDES, Adalberto Wodianer. **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao Jornalismo Ambiental**. Tradução Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

DUARTE, Jorge Antonio Menna; RIVOIRE, Valeria; RIBEIRO, Ângelo Augusto, Mídias sociais online e prática jornalística: um estudo em Santa Catarina, **Universitas,** 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230220431.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021.

FEIL, Alexandre; SCHREIBER, Dusan, Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape.BR**, FGV 2017.

GOHN, Maria da Glória. Teorias Sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Cad. CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, Apr. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-49792019000100063&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jan. 2021.

IBGE. **Mapa de Biomas e de Vegetação**. 2004. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em 30 jan. 2021.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social***.* Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru. São Paulo: EDUSC, 2012.

MATOS, Richer de Andrade; ROVELLA, Syane Brandão Caribé. Do crescimento econômico ao Desenvolvimento Sustentável: Conceitos em evolução. **Centro Universitário e das Faculdades OPET**. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.opet.com.br/faculdade/revista-cc-adm/pdf/n3/DO-CRESCIMENTO-ECONOMICO-AODESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-CONCEITOS-EM-EVOLUCAO.pdf Acesso em: 15 jan. 2021.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>. Acesso em 31 jan. 2021.

OLIVEIRA, Rafael Santos de; PINTO, Gabriela Rousani; VIZZOTO, Yngrid Algarve**.** O Movimento Ambientalista em Rede: O Uso das Redes Sociais Virtuais pelo Greenpeace como Instrumento de Preservação do Meio Ambiente. **Revista Argumentum**, SP, 2020. Disponível em: < http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1146>. Acesso em 31 jan. 2021.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

1. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. MBA em Gestão e Marketing, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós graduação em Inteligência Estratégica, pela Faculdade de Tecnologia de Curitiba/Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Jornalista da TV Centro América. Mestranda do PPGCOM/UFMT. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Programa de Pós-graduação em Estudo de Cultura Contemporânea (ECCO) da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. É pós-doutor em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM/SP), doutor em comunicação e informação pela UFRGS, mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). [↑](#footnote-ref-2)